

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA EM SÃO PAULO/SP NOS DIAS 05, 06 E 07 DE JULHO DE 2019.

A reunião contou com 150 participantes credenciados, sendo 77 representantes com direito a voto e 73 observadores. Estavam representadas 47 entidades, entre sindicatos e federações, minorias de entidades e oposições, movimentos populares urbanos e do campo, juventude e movimentos de luta contra as opressões.

Relação das Entidades participantes da reunião:

ANDES-SN- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SINASEFE, STIM ITAJUBÁ/MG, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, SIMPERE-SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DO RECIFE/PE, SINDEESS-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BH E REGIÃO/MG, SINDREDE/BH, SINDIPETRO/AL E SE, SINDIPETRO AM/MA/AP, SINDSEF-SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTECT-VP/SP-SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS DO VALE DO PARAÍBA, STIA-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, SINTUSP-SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP, SINTSEP/PA-SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ, STICCRMF-SINDICATO DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA/CE, SINDSAÚDE/RN, SINDISPREV/RS, ADMAP-ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO/SP, OPOSIÇÃO ASSIBGE, OPOSIÇÃO SINPRO/DF, OPOSIÇÃO CPERS, OPOSIÇÃO SINTECT/SP, OPOSIÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS DE GUARULHOS, MINORIA SEPE/RJ, MINORIA SINPEEM/SP, MINORIA SINAL/SP, OPOSIÇÃO SINDMOTORISTAS/SP, OPOSIÇÃO SINDUTE/MG, OPOSIÇÃO SINTECT/RJ, OPOSIÇÃO COMANDO BASE CAPITAL/SP, ACAMPAMENTO DESCALVADO/SP, ATEM-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, SINTECT/SC, OPOSIÇÃO MUDA SINTEPS/SP, MINORIA COLETIVO ADVOGADOS NA LUTA/SP, MML-MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE, MOVIMENTO LUTA POPULAR, ANIV-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE IMIGRANTES VENEZUELANOS, OPOSIÇÃO SIMPA-SIND. DOS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE, OPOSIÇÃO MNOB/SP, MINORIA APEOESP, OPOSIÇÃO SINTE/SC, MINORIA METROVIÁRIOS/SP, MINORIA FEPEP/SP, ADUFS/BA, SINASEFE/ES, STIUG-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DE GOIÁS, SINDCEFET/MG, ADUFMAT, STICMBA/PA, SINTECT/PE, SEC PASSO FUNDO/RS, SINDICAIXA/RS, ADUFS/SE, SINTECT SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, OPOSIÇÃO SINTEMMD/MG, OPOSIÇÃO SINTEPE/PE, OPOSIÇÃO MNOB/RJ, OPOSIÇÃO GARIS/RJ, OPOSIÇÃO COMBATE CORREIOS/RJ, MINORIA SINDADOS/BA, MINORIA SINTECT/RS, MINORIA STIM ITABIRA/MG, MINORIA METAL CAXIAS DO SUL/RS, ASSENTAMENTO MADRE TERRA/RS, MOICA-MOVIMENTO DE INSURGÊNCIA CAMPONESA/SP E SINASEFE/SC.

1. Painel a política de privatizações do governo Bolsonaro e a resistência da classe trabalhadora

Abrindo os trabalhos da Reunião da Coordenação de julho de 2019, a companheira Ana Paula Santana, pesquisadora do Ilaese, realizou palestra sobre a situação atual da política de privatizações e a luta de resistência da classe trabalhadora na manhã de 05/07 (sexta-feira). Participando ativamente dos debates, compuseram a mesa coordenadora os companheiros Celso Borba (presidente da Fenametro), Heitor Fernandes (diretor da Fentect - Federação dos Trabalhadores dos Correios), Wilson Ribeiro (Movimento de Oposição Bancária - Mnob), Lourival Júnior (dirigente da Federação Nacional dos Petroleiros) e Washington Fraga (dirigente do Stueg - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás). Em 07/07 (domingo) foi aprovada a resolução abaixo:

Resolução sobre a Luta contra o Programa de Privatizações do Governo Bolsonaro

Considerando que:

- Avança no país uma grande ofensiva liberal do imperialismo e de desnacionalização promovida pelo governo Bolsonaro, sobre as empresas estatais e os serviços públicos, com o Programa Nacional de Desestatização (PND) de Bolsonaro, Mourão e Paulo Guedes;
- Os processos de desindustrialização e de desinvestimento também contribuem como elementos de desvalorização e de consequente entrega do patrimônio público;
- Os setores de serviços essenciais de atendimento a população, como saúde, educação, vem sendo os mais atacados desde há muitos anos;

- A recente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) ao autorizar a venda de subsidiárias de estatais, sem a necessidade de aprovação do Congresso Nacional, facilita a entrega dos setores lucrativos das empresas públicas;
- De acordo com as mais recentes pesquisas de opinião, a maioria da população tem se declarado contrária às privatizações.

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas RESOLVE:

- Organizar a criação do Comitê Nacional Em Defesa do Patrimônio Público e Contrás as Privatizações;
- Desenvolver uma Campanha Nacional Contra as Privatizações e pela reestatização das empresas privatizadas: Vale do Rio Doce, Embraer, Petrobras, Eletrobrás, etc.;
- Confeccionar uma Cartilha e demais materiais informativos contras as Privatizações;
- Organizar a realização de um Seminário Nacional contra a Privatização, envolvendo as bases das mais diversas categorias profissionais, como: petroleiros, correios, bancários, metroviários, urbanitários, aeroportuários etc.
- Seminários Regionais antes do Seminário Nacional, para envolver a base;
- Que a Central oriente os sindicatos e oposições a elegerem um representante para a comissão nacional;
- Que a comissão nacional se reúna e elabore uma proposta de campanha para defesa das estatais;
- Apoiar as lutas e campanhas salariais em curso neste segundo semestre, fortalecendo o eixo contra as Privatizações.

2. 4º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

Na parte da tarde de 05/07 (sexta-feira) o companheiro Barela deu informe sobre a situação política e organizativa que envolve a preparação do 4º Congresso da CSP-Conlutas. Em 07/07 (domingo) foi aprovada a resolução abaixo:

Resolução sobre o 4º Congresso Nacional da CSP-CONLUTAS

Considerando que:

O IV Congresso da central estava marcado para 15 a 18 de agosto, data em que a luta contra a Reforma da Previdência estará em um momento crucial, e possível votação no Congresso nacional e Senado;

Que a luta contra a reforma da previdência impõe dedicação e esforço da Central, suas entidades e movimentos filiados, no sentido de organizar ações de mobilização contra sua aprovação e que esses movimentos devem se estender durante o mês de agosto;

A nova direção eleita do Clube Atlético Juventus, local em que realizaríamos o Congresso, rompeu unilateralmente o contrato de locação do espaço, situação que impõe enormes dificuldades para encontrarmos um novo local com as características necessárias e no período que havíamos aprovado;

Que no mês de setembro há eventos importantes na base da Central, como o Congresso do CPERS e do SINDISPREV/RS e a eleição do SIMPA (Municipais de Porto Alegre), onde a CSP-CONLUTAS disputa com possibilidades reais de vitória;

Que as iniciativas desenvolvidas pela Comissão Organizadora, em busca de uma alternativa de local, não lograram êxito até o momento;

Que é imperioso que o 4º Congresso Nacional seja realizado ainda neste ano da 2019.

A reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS, resolve:

- Adiar a realização do 4º Congresso Nacional para uma nova data, compreendida entre o período de 1º de outubro e 04 de novembro;
- Conceder o prazo de 10 dias para a Comissão Organizadora definir o novo local e as datas definitivas para realização do congresso, ad referendum da SEN.
- Na medida em que se estabeleça o período definitivo, todas as datas serão automaticamente ajustadas de maneira a garantir novos prazos regimentais;

- Que as Assembleias de eleição de Delegados que já foram marcadas devem ser mantidas, bem como, seguem válidas as que já foram realizadas.

3. Conjuntura Nacional e atividades

O debate sobre a situação de Conjuntura foi realizado na manhã de 06/07 (sábado) a partir da apresentação d@s companheir@s Renata, Silvia Letícia, Antônio e Sirlene. Em 07/07 (domingo) foi aprovada a resolução abaixo:

Resolução luta contra a reforma da previdência

Após um processo muito difícil e com muita crise entre o governo e o parlamento, o texto da reforma da previdência foi aprovado na Comissão Especial da Câmara Federal. Evidentemente que todo o tipo de fisiologismo foi utilizado nesse processo, inclusive a compra de deputados federais à peso de ouro, como os R\$ 40 milhões liberados pelo governo para que votassem à favor do relatório. A versão aprovada é ainda pior que as anteriores, mantêm a essência do ataque aos trabalhadores, além de proteger os interesses do agronegócio, isentando os ruralistas de pagar sua contribuição.

As negociações na superestrutura, efetivamente, não deram nenhum resultado. Na essência, o projeto mantém o aumento da idade mínima, do tempo de serviço e a redução dos salários pela mudança de cálculo para a aposentadoria. Isso é a prova mais do que concreta de que não há nada para se negociar nessa reforma, como nossa Central vem afirmando constantemente.

Porém, a aprovação do projeto na Comissão Especial só foi possível por uma armação política e um grande acordo que envolve o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deputados do Centrão, e os governadores – incluindo PT, PSB, PCdoB e PDT – e parte da cúpula das Centrais Sindicais através de parlamentares do Solidariedade e PSC. A postura dos governadores da dita esquerda é um verdadeiro crime contra os trabalhadores e não tem outro nome que não seja traição! Buscando administrar a crise fiscal dos seus estados, atacam os trabalhadores em benefício do capital, defendendo a aprovação da reforma e preparando os ajustes fiscais nos estados.

É preciso denunciar essa tentativa de acordo, que joga contra a luta dos trabalhadores pra derrotar a reforma da previdência. **Quem negocia, trai!** Não há negociação com o governo e/ou com esse parlamento que mude o caráter regressivo dessa reforma. O único caminho para a classe trabalhadora é derrotar esse projeto.

A solução para crise econômica não passa pela aprovação de qualquer Reforma na Previdência, como propagandeia o governo e toda a grande mídia. As centrais sindicais não devem participar de negociações em torno da Reforma que retire direitos dos trabalhadores. É necessário fazer uma Auditoria Pública e suspender imediatamente o pagamento da dívida pública, que consome mais de 40% de todo o orçamento público, bem como cobrar a dívida das empresas devedoras ao INSS. Por isso, nossa luta é para derrotar o PEC 06/2019 na sua íntegra.

Já nos primeiros 6 meses, o governo Bolsonaro tem enfrentado um crescente processo de lutas, iniciado com a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em 20 de fevereiro, 8 de março, 22 de março e amplos atos de rua contra a Reforma e os cortes na Educação em 15 e 30 de maio, e a greve geral de 14 de junho. Nesses processos, a CSP Conlutas cumpriu um papel importante, impulsionando a unidade e enfrentamento com outros setores. A resistência da nossa classe sob um governo de ultra-direita recém eleito, provam que a classe trabalhadora não foi derrotada, resiste e continua em sua mobilização.

Neste sentido, a aprovação do relatório na Comissão Especial não significa de maneira nenhuma que a reforma está concluída. Ao contrário, a luta ainda está em curso. Por isso, é preciso apostar na mobilização permanente contra a Reforma da Previdência e todas as políticas de ataques de Bolsonaro e desse Congresso Nacional, como os cortes na educação e o pacote de privatizações

A continuidade da luta neste momento deve ser com uma forte presença em Brasília na semana de 08 à 12 de julho, quando a Câmara Federal pretende votar o relatório da Comissão Especial em primeiro turno no plenário.

Considerando a análise acima, a reunião da Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS de 05, 06 e 07 de julho de 2012, orienta sua base para o seguinte calendário de mobilização:

Semana de 08 a 12 de Julho – Jornada de Lutas em Brasília:

Organizar ações no Distrito Federal para pressionar os deputados no Congresso Nacional a votarem contra a Reforma da Previdência.

- 12 de julho: Participar do ato público da juventude em Brasília, garantindo uma forte presença na atividade e organizar uma coluna própria da CSP-CONLUTAS, junto com as organizações estudantis de base da Central, movimento sindical e popular. Neste sentido, devemos priorizar movimentação de Brasília, cidades próximas, Goiás, Minas Gerais e setores que já estão organizando suas caravanas em diversos estados do país.
- Participar de todas as atividades em Brasília, convocadas pelos setores do funcionalismo e educação na porta dos Ministérios e Gabinetes dos deputados.
- Nos estados, realizar atos públicos unitários com as centrais Sindicais, juventude e movimentos populares no dia 12 e durante o início da semana realizar pressão nos aeroportos.

Manter a pressão e luta nas cidades/estados no mês de julho e agosto:

Além dessas orientações, é preciso elaborar cartazes, outdoor e todo material possível de denúncia contra os deputados que votaram a favor da reforma na Comissão Especial e mesmo aqueles que já se manifestaram a favor da reforma.

Seguir o trabalho de conscientização das bases através da coleta de assinaturas do abaixo-assinado, que será entregue pelas centrais sindicais no Congresso Nacional no dia 13 de agosto.

13 de agosto:

Participar das ações no dia 13 de agosto que está sendo preparado pelos setores da educação, como a CNTE, construindo fortes atos nos estados, como foram os atos do 15M e 30M. Chamar as centrais sindicais a além de se somarem aos atos e greve da educação, construirão ações unificadas com os outros setores, para que este dia se transforme num dia de greve geral no país. Só a luta direta dos trabalhadores será capaz de criar as condições para derrotar esta reforma. Por isto é necessário uma nova greve geral e um Ocupa Brasília para impedir a consumação deste crime contra a classe trabalhadora!

4. Ato protesto contra o governo de Hong Kong

Em 06/07 (sábado), na parte da tarde, logo após o debate de conjuntura e antes da realização das reuniões setoriais, foi organizado um ato de protesto contra o governo de Hong Kong (CE), que tem reprimido os trabalhadores e a juventude e que trabalha em conluio com a ditadura chinesa para suprimir os direitos democráticos conquistados com muita luta. Foi lida uma moção de apoio a luta de resistência do povo de Hong Kong, que foi aprovada em 07/07 (domingo).

5. Outras resoluções

Ditadura nunca mais! A luta por Anistia continua 55 anos depois!

Perseguições, terror psicológico, prisões, torturas, assassinatos, ocultação de cadáveres. Mulheres tiveram ratos enfiados em suas vaginas; homens com os testículos arrancados com alicates; choques na vagina, pênis e língua; unhas arrancadas com alicates; crianças levadas à presença de mães torturadas e estupradas; paus de arara, dentes arrancados à força e sem anestesia; cabos de vassoura no anus. Essa foi a cara da ditadura brasileira. Este ano completam-se 55 anos de um dos períodos mais sombrios da história nacional. O golpe que impôs uma ditadura militar, de 1964 a 1985 no Brasil, segundo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, deixou 434 pessoas mortas ou desaparecidas ao longo desses 21 anos. Além disso, povos indígenas quase foram dizimados e trabalhadores rurais viviam sob terror no campo. Nas empresas, a perseguição foi cruel. Trabalhadores foram perseguidos, demitidos, muitos foram presos e torturados.

As sequelas foram fortes, com marcas até os dias de hoje. Mesmo assim, o ultradireitista Bolsonaro determinou que as Forças Armadas comemorassem o último 31 de março, aniversário do golpe militar. O governo brasileiro fez apologia a tortura ao declarar em sua recente visita ao Chile, que o ditador Pinochet “teve que dar um banho de sangue que lavou as ruas do Chile” para conseguir implantar as reformas econômicas que pretendia naquele momento.

A relação das empresas com a ditadura

O Grupo de Trabalho “Ditadura e repressão aos trabalhadores, às trabalhadoras e ao movimento sindical”, que integrou a CNV (Comissão Nacional da Verdade), investigou e apresentou relatório em 2014 sobre a perseguição à classe trabalhadora das empresas privadas em aliança com o governo militar durante o período do regime ditatorial. As grandes empresas ajudaram a financiar o golpe militar e a perseguir e entregar trabalhadores para a repressão. A maioria das empresas ajudou. Entre elas, Petrobras, GM, Embraer, Volkswagen, Fiat, Ultra, a própria

Fiesp (entidade de classe das empresas paulistas) cujos dirigentes chegaram a assistir sessões de tortura no Doi-Codi. No documento do GT constam atrocidades cometidas por empresas como o apoio financeiro aos órgãos de repressão, perseguições, demissões, prisões e até torturas de trabalhadores.

Queremos justiça aos trabalhadores que sofreram perseguição, pois o golpe militar foi contra a classe trabalhadora brasileira; por isso queremos a verdade, mas justiça e reparação também, as empresas precisam pagar pelos crimes que cometeram.

Anistia ainda está no meio do caminho

A Anistia Política no Brasil foi conquistada em 1979 (Lei nº 6.683/79) a partir de ampla mobilização da sociedade civil, partidos políticos, movimentos sociais, ativistas e democratas que buscaram anular os atos de exceção praticados pelo regime militar durante a ditadura. A Constituição Federal promulgada em 05.10.1988, em seu Artigo 8º, ampliou o conceito, concedendo anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até aquela data, haviam sido atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção. Para regulamentar este artigo, em 2002 foi promulgada a Lei 10.559/02, estabelecendo o Regime do Anistiado Político e criando a Comissão da Anistia. Reivindicávamos uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, não veio o que queríamos, mas veio importante conquista.

Importante marco da Justiça de Transição, o direito à Memória, à Verdade, à Justiça e à Reparação, corresponde ao reconhecimento dado às vítimas e a toda a sociedade, de que o Estado e setores institucionais e/ou civis foram responsáveis por violações de direitos humanos. Muito embora o período de término da ditadura e de promulgação de uma Constituição democrática já tenha passado, o Brasil, a exemplo de tantos outros países que amargaram períodos autoritários e de violação massiva de direitos pelo Estado, ainda está enfrentando o legado autoritário e ainda possui graves pendências no seu processo de justiça de transição, desde a busca do paradeiro dos cadáveres dos desaparecidos políticos até o julgamento dos torturadores, a revelação de documentos e informações sonegadas e a reparação de muitas pessoas que ainda não foram reparadas.

Os governos de conciliação de classe do PT pouco avançaram nos julgamentos da Anistia, deixando um legado de mais de 18 mil anistiandos na fila de espera. O governo Temer paralisou e interviu no funcionamento da Comissão de Anistia, questionando sua autonomia e independência. Com o governo Bolsonaro a situação piorou muito, com o desferimento de gravíssimos ataques a anistia política, seja pela potencialização de um problema crônico de desmobilização dos recursos e condições para o trabalho da Comissão, ou seja, pela interferência direta do estado nas decisões da Comissão da Anistia, em aberto desrespeito à autonomia de estado e credibilidade da Comissão.

Na última semana de agosto de 2019 será comemorada 40ª semana da Anistia política no Brasil. No dia 27 de agosto em particular será realizado um grande seminário de luta e de denúncia, da qual a CSP-Conlutas e muitos lutadores da classe trabalhadora estão convidados.

A Central Sindical Operária e Popular CSP-Conlutas apoia a mobilização dos anistiados e anistiandos e participará ativamente desse momento de luta histórico da Anistia integral, no que diz respeito à reparação, justiça e memória!

PARA QUE NUNCA SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!

Mercosul e União Europeia, mais um passo para aprofundar submissão do Brasil

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), anunciado por Bolsonaro em clima de festa em uma coletiva de imprensa em Osaka no Japão como um grande negócio para o Brasil, na verdade reafirma a submissão do país aos grandes grupos econômicos internacionais. E aprofunda o papel do Mercosul e do Brasil como colônias fornecedoras de recursos naturais para o mercado mundial. A imprensa e o governo dizem que o tratado vai permitir ao Brasil ter acesso a um mercado de 750 milhões de pessoas. Isso é uma mentira para vender a subordinação do país. Dizer que o Brasil terá “acesso a um mercado” não passa de uma bobagem, pois quem exporta e importa não é o Brasil, mas, sim, as multinacionais instaladas aqui, e associadas a empresas brasileiras.

Acordo Mercosul-UE vai aprofundar o processo de destruição da indústria nacional. O fim das tarifas na indústria automobilista, montadoras e autopeças, químicos e fármacos acelerará o processo de desindustrialização da economia. O acordo reforça a perversa divisão internacional do trabalho de que temos sido vítimas do imperialismo ao longo da história, subordinados ao papel de produtores e exportadores de commodities e importadores de produtos industrializados e de alta tecnologia. O resultado será o aumento do desemprego e diminuição da competitividade. Cerca de 70% das exportações brasileiras para a União Europeia são de produtos primários e cerca de 90% das importações brasileiras do bloco europeu são de produtos manufaturados. Esta

característica do nosso relacionamento comercial será acentuada, o que é muito ruim para o desenvolvimento nacional e para autonomia e soberania de nosso País.

Hoje, as mercadorias do chamado “agronegócio” do Mercosul entram na UE limitadas por cotas. Ou seja, exceto em relação a soja, há um limite para a compra de produtos agrícolas e carnes. O acordo prevê o fim destas cotas de importação e a eliminação gradual das tarifas. Este era o principal alvo dos últimos governos brasileiros na negociação, desde FHC, passando pelos governos petistas, até Bolsonaro. As Commodities agrícolas, por exemplo, ao contrário das minerais, tem um preço bastante reduzido. A partir do acordo, a tendência é o aprofundamento dessa situação, marcada por uma realidade onde os europeus a cada dia comprando nossas frutas e verduras a preço muito baixo, o que na prática acarreta mais miséria e insegurança no trabalho do campo. Para garantir um preço aceito pelos consumidores europeus, precariza-se ao máximo a segurança e proteção dos trabalhadores do campo, além de enfraquecer os pequenos produtores, que não conseguem competir com a agricultura extensiva.

Outra medida do agronegócio, que tende a se acentuar, é o uso indiscriminado de agrotóxicos para garantir a maior produção possível. Os produtos que não passam esteticamente nos rigorosos controles de qualidade europeus são “devolvidos” ao mercado interno. Essa política tem consequências nocivas para a população brasileira. Um exemplo disso é que o Brasil, maior produtor de laranjas do mundo, tem um suco de laranja bem mais caro que na Europa. As laranjas mais bonitas vão direto para o mercado externo, enquanto que o restante fica para consumo interno, a um preço mais alto. O setor industrial nacional também não tem nada a ganhar com o acordo, pois não tem a mínima condição de concorrer com as indústrias europeias. Em troca da promessa de abrir o mercado da UE ao agronegócio do Mercosul, as tarifas dos produtos industrializados, mercadorias que entram como componentes para a produção industrial, como autopeças, também teriam uma redução de tarifas até a tarifa zero. Ocorre que as indústrias instaladas aqui importam a maioria dos componentes que utilizam. Um exemplo é setor produtor de mercadorias de alta e média tecnologia. Em 2016, o setor foi responsável por 33% da produção industrial brasileira e foi responsável por 70,8% da importação total de bens. Mas, para produzir isso, teve que importar 71% de insumos e componentes.

Mais desemprego

Caso a tarifa zero para os insumos industriais entre em vigor, empresas com sede na União Européia, como Volkswagen, Renault, dentre outras, poderão importar livremente a maioria dos componentes. O resultado é que só irão montar aqui o produto final. Isso faz com que a maioria dos empregos do setor industrial, que paga os salários mais altos, deixaria simplesmente de existir. Além disso, o acordo será mortal para a indústria de bens de capital, que fabrica máquinas e equipamentos e que exige uma força de trabalho com nível técnico e salários maiores. Esse setor vai ser substituído pelas importações. Para o agronegócio, o acordo será um bom negócio, pois amplia as exportações de matérias primas. Para as multinacionais europeias instaladas aqui, o acordo também será ótimo.

A **Central Sindical e Popular CSP-Conlutas** repudia o Acordo firmado entre o Mercosul e a CEE porque representa mais exploração sobre classe trabalhadora e mais submissão ao imperialismo e aos seus interesses de lucro. A política da burguesia que está por traz das reformas trabalhista e da Previdência, também está por traz da política de transformar o Brasil em uma grande colônia que exporta soja, cana e minérios; destruir os empregos que exigem mais investimentos na educação e pagar salários ainda mais baixos.

6. Relatórios dos Setoriais

CAMPO E MOVIMENTO LUTA POPULAR

Reunido em setorial durante a reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas realizada no dia 06/07/2019, debateu a situação das lutas pela terra e pelo território em um contexto de aprofundamento da crise econômica e dos ataques à classe trabalhadora, em especial ao povo mais pobre.

Considerando a intensificação do desmatamento de áreas protegidas, a flexibilização das normas ambientais em favor do agronegócio, indústria extrativista e latifundiários;

Considerando a ausência de políticas habitacionais para população de baixa renda, qualquer tipo de controle nos preços dos aluguéis, sucessivas desapropriações para a expansão dos interesses do mercado imobiliário;

Considerando o desmonte da FUNAI e a nomeação de um conhecido membro da UDR para o INCRA, e as declarações do atual presidente de que não serão feitas demarcações de terras indígenas, ou titulação de territórios quilombolas, ou desapropriações para a reforma agrária;

Considerando as constantes ameaças que as ocupações rurais e urbanas sofrem, seja “legalmente” através das ordens judiciais de reintegração de posse, sejam “ilegalmente” através de jagunços, capangas, milicianos e policiais para que famílias saiam das áreas que ocupam;

Considerando as décadas e séculos de genocídio contra indígenas, quilombolas, sem terra, sem teto, ribeirinhos, povos tradicionais e do povo pobre afro-indígena morador da periferia;

Considerando o histórico de criminalização dos movimentos sociais em nosso país;

Considerando o potente trabalho que a CSP-Conlutas tem desenvolvido junto a movimentos, associações, coletivos ligados à luta pela terra, no meio rural e urbano, e a importância de que o conjunto da central tome conhecimento sobre as ricas experiências que têm sido construídas, bem como das situações de risco que carecem ainda de um maior apoio e solidariedade das demais entidades.

Considerando as importantes lutas protagonizadas pelos indígenas, quilombolas, camponeses sem terra e pelos sem teto.

Propomos que a CSP-Conlutas assuma a tarefa de construir um mapeamento, a nível nacional, de todas as ocupações, assentamentos, bairros, onde tem sido desenvolvido um trabalho de organização de trabalhadoras e trabalhadores no território, identificando sua localização, situação jurídica, contexto de ameaças e/ou riscos e quem têm proferido as ameaças.

Tudo isso garantindo apoio jurídico e logístico, critérios de segurança, e disponibilizando ao conjunto da central apenas aquelas informações que forem públicas e de conhecimento público (como denúncia feita pelos movimentos via redes sociais, etc.).

Com isso, poderemos de conjunto realizar um acompanhamento mais apurado sobre as situações que já ocorrem há tempos, e que tendem a se intensificar, e prestar apoio e solidariedade mais efetivamente, aprofundando a unidade sindical e popular.

INTERNACIONAL

- 1. Plenária da Rede – Congresso CSP-Conlutas**
- 2. Encontro da Rede 2020**
- 3. Visita de dirigente de Solidaires**
- 4. Reunião de metalúrgicos da Rede**
- 5. Informes internacionais**

1 - Plenária da Rede - Congresso CSP-Conlutas: debate sobre a questão do cancelamento do congresso em agosto. Os contatos interessados em vir ao congresso e a questão das passagens.

Ao definir a data do congresso da central enviar novo convite aos contatos internacionais e chamado a plenária da Rede.

2 - Encontro da Rede 2020: encontro mundial da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas de 04 a 07 de junho de 2020 na cidade de Dijon, França (315km de Paris).

Próximas semanas serão enviados os convites com as primeiras informações e até outubro sai a proposta de pauta do encontro.

3 - visita de dirigente do Solidaires: Dirigente sindical e professor da França - Jérémie estará no Brasil na primeira quinzena de agosto. Propor para a CSP-Conlutas nas regiões organizar palestras e debates sobre a luta dos Coletes Amarelos. O companheiro se dispõe a tarefa.

4 - Reunião Metalúrgicos da Rede: reunião será em Paris dia 15 e 16 de novembro. Será na sede do Solidaires e com presença de trabalhadores de montadoras de Portugal, França, Polônia, Espanha, Itália, EUA, Brasil.

5 - informes internacionais: Mobilização de massas por democracia e contra lei de extradição em Hong Kong (central vai enviar moção).

Mobilização popular em Honduras contra o governo. E também luta e revolução popular no Sudão. Contra perseguição de ativistas do movimento sindical, popular e de esquerda no Egito.

Em maio ocorreu no México um encontro de metroviários da America latina e companheiro Fabinho participou pelos metroviários de São Paulo.

CORREIOS

Considerando:

- A conjuntura nacional e a situação vivida no setor de Correios com a ofensiva no programa de privatização do governo Bolsonaro;
- O perfil da nova administração da ECT comandada por generais em sua presidência e conselho de administração, iniciada pelo então governo Temer e agora pelo substituto, o general Floriano Peixoto;
- Que o atual presidente da empresa terá como tarefa prioritária encaminhar a privatização da ECT;
- O recente fechamento de 161 (cento e sessenta e uma) agências, em sua maioria superavitária, além do sucateamento do fundo de pensão (Postalis) e do plano de saúde da categoria (Postal Saúde);
- Que desde a campanha eleitoral, o presidente eleito Bolsonaro não deixou dúvidas que seu objetivo era de privatizar os Correios;
- Que painel de debates realizado no primeiro dia da reunião da Coordenação Nacional foi muito importante para demarcar a dimensão da nossa tarefa e dos desafios a serem enfrentados para derrotarmos a política de privatização dos Correios e demais estatais.
- Que a categoria de correios será uma das mais atingidas com a reforma da previdência.

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas RESOLVE:

- Fortalecer as políticas expressas no Manifesto da Frente Ampla TODOS PELOS CORREIOS - Pelo fortalecimento dos Correios 100% público para servir ao povo brasileiro, assinado pelo conjunto das Federações e associações nacional com objetivo de mobilizar a categoria, além de ganhar a sociedade para a luta contra a privatização dos correios;
- Fortalecer taticamente a ampla passagem do Abaixo-Assinado contra a privatização dos Correios, nas bases territoriais de todos os sindicatos da CSP-Conlutas;
- Fortalecer o chamado de construção da Unidade de Ação das entidades nacionais signatárias do Manifesto da Frente Ampla;
- Apoiar as lutas da Campanha Salarial dos Correios, buscando a unificação ativa com as demais categorias também em campanha neste segundo semestre, onde já foram apresentadas contrapropostas patronais com ataques e retiradas de direitos conquistados. Inclusive, propondo unificar as datas das respectivas greves.
- Que o setorial também faça uma campanha com adesivos, textos para ser publicado no site da Conlutas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1) Jornada de luta, de 8 a 18 julho, contra a reforma da previdência

Em Brasília:

1.1) Realizar atividades no aeroporto na segunda à tarde e terça-feira pela manhã;

1.1.1) Atividades de ida e volta nos aeroportos denunciando a reforma da previdência aos parlamentares e exigindo que votem contra a mesma;

1.2) 10 de julho, realizar atividades/Ato no Anexo II da Câmara dos deputados a partir das 14 horas, articulando essa iniciativa com outras entidades do funcionalismo público e Fonasefe;

1.3) O setorial reafirma a importância de todas as entidades participarem do ato 12 de julho em Brasília;

1.4) Faz-se o chamado a todas as entidades de base que enviem delegações a Brasília para participar das atividades nesta semana;

2) Intensificar a denúncia dos parlamentares que votaram a favor da reforma na comissão especial e aos que já declaram apoio à PEC 06/2019;

3) Que a SEN estabeleça diálogo com a CNTE para construção dos 13 de agosto.

4) Participar dos Atos nos Estados contra a Reforma da Previdência.

MULHERES

Presentes: Rosália (sindsaúde Natal), Isabel (sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos e região, Samantha (SEPE RJ), Zélia e Merenice (ADMAP), Janaína e Marcela (Executiva Nacional Movimento Mulheres em Luta), Dayse (Movimento Mulheres em Luta SP), Fátima (SINTE Santa Catarina – São José).

Pauta: 1. Informes das categorias e Movimentos; 2. Encontro de mulheres da CSP-Conlutas

1. Há um forte ataque a educação infantil no Rio de Janeiro, em 29/03/19 foram surpreendidas, pela inconstitucionalidade do concurso dentro de um processo no qual apesar da decisão de inconstitucionalidade foi reconhecido o direito de atuar como professoras.

Está colocado o risco de exoneração de 5234 profissionais da educação. Processo segue em trâmite. Solicita que seja apresentada pelo setorial uma moção de repúdio, e que sejam gravados vídeos pelas representantes de entidades e do movimento, em solidariedade as companheiras.

Em 4 de junho, o MML realizou um ato no Anhangabaú, para denunciar o aumento da violência contra as mulheres, a prefeitura não atribuiu o recurso sobre a questão da violência. Houve participação em São Paulo tanto na caminhada lésbica e transexual quanto da parada LGBT, a partir da parada se conformou um bloco de LGBTs contra Bolsonaro. O bloco definiu posição de não defender Lula livre, por esse motivo o PT se retirou do bloco.

A situação de violência contra as mulheres em São José dos Campos e vale do Paraíba dobrou do ano de 2017 para 2019, que não existem medidas de prevenção e políticas públicas para coibir a violência e o feminicídio, informou ainda que as medidas adotadas nas cidades são insuficientes, pois a cidade determinou que a guarda civil municipal assumisse a visita e vigilância as mulheres com medidas protetivas vigentes, porém tal medida abarca apenas 1,25% das mulheres em situação de violência.

Em metalúrgicos de SJC as coisas têm sido um passo de cada vez, o sindicato rompeu o bloco caipira, que conduz as campanhas salariais.

Estão realizando a proposta de colocar na próxima convenção coletiva que a empresa garanta o salário das mulheres em situação de violência enquanto a mesma perdurar.

Santa Catarina, local de maior índice de feminicídio nos primeiros meses do ano. As campanhas têm dado resultado, somente nos três primeiros meses 34 Mulheres foram assassinadas.

Na chapa para eleição do SINTE São José/SC se conformou com 06 mulheres e 01 homem considerando a maioria de mulheres na categoria da educação. Porém, a chapa perdeu a eleição para a CUT por 06 votos.

O MML tem campanha contra a violência e Santa Catarina, porém, em contrapartida tem a violência nas escolas, o assédio generalizado, e que a situação chega às vias de fato entre professoras.

2. Considerado que a proposta inicial era que o encontro de mulheres fosse quatro meses após o congresso da CSP, no entanto como houve a ruptura do contrato por parte do Juventus, nos levando à necessidade de adiamento do congresso, fica colocada também a necessidade de adiamento do encontro de mulheres da central, O setorial resolve propor o adiamento do encontro para o primeiro trimestre de 2020.

Encaminhamentos:

Moção de repúdio e gravação de vídeos em defesa das professoras do RJ.

Demarcação das datas de luta contra as opressões que sofrem as mulheres 25 de julho (Dia Latino Americano da Mulher Negra e Caribenha), 29 de agosto (Dia da visibilidade lésbica) e 28 de setembro (Dia de Luta pela legalização do aborto).

LGBT

O setorial LGBT da Csp Conlutas se reuniu na reunião de Coordenação da Central em 06/07/19 e contou com a participação dos seguintes membros e entidades:

Alessandro Furtado (Oposição Sind ute/ MG), Fábio Quadros (Oposição Municipais/ Guarulhos, Franklin Henrique (Sind Saúde / RN), Gean Santana (ADUF/ Seção Sindical- BA), Gerson Luis Caldeira (Sinte/SC), Marina (Rebeldia/ SP), Olimar da Silva) Sindess/ BH)

A reunião teve seu início com a apresentação de nosso instrumento de combate à LGBTfobia, desenvolvido em nossa própria Central, pelo setorial LGBT. Os integrantes do setorial presentes deram opiniões sobre o trabalho a

ser desenvolvido e fez relatos sobre as dificuldades que existem nas diferentes entidades sindicais, com diferentes reflexos em cada categoria.

Em seguida, considerando que:

- o governo de ultradireita de Bolsonaro representa um ataque frequente às pessoas LGBT's,
- a decisão do STF de tornar a LGBTfobia crime equiparado ao racismo não representa ganhos objetivos quanto ao combate a opressão às LGBTs;
- as dificuldades de se discutir o combate à LGBTfobia nas bases sindicais tem se acirrado,
- o número de pessoas LGBTs tem aumentado consideravelmente, diante da legitimação da LGBTfobia pelo governo Bolsonaro;
- os ataques do governo de ultradireita objetivam precarizar ainda mais a vida das pessoas LGBTs;

O setorial resolve:

- Realizar a distribuição da Cartilha LGBT da CSP junto à base;
- Implementar debates nas diversas bases sobre a luta LGBT, seu histórico e apontar medidas de combate à LGBTfobia;
- Encampar as lutas contra a Reforma da Previdência e aos outros ataques do governo Bolsonaro, em conjunto com toda a classe trabalhadora, na perspectiva de acabar com a opressões e caminhar rumo à uma sociedade socialista.

TRANSPORTE

Na reunião que ocorreu nesse sábado dia 06/07/2019 tivemos 10 companheiros que compareceram: rodoviários de São Paulo, rodoviários de Araraquara e metroviários de São Paulo, foi tirada os seguintes encaminhamentos;

- Colocar matérias no site da CSP-CONLUTAS NACIONAL sobre o transporte, falando da defesa do emprego do cobrador.
- Manter a luta e a defesa do fim dos cobradores de São Paulo, que estão mais uma vez na mira dos empresários (patrões) que ganham muito com essa retirada, fazer a denúncia sobre a questão que patrões estão colocando que vão “realocar” todos os cobradores em outras funções, que é uma mentira, até porque não tem vaga para essa tal realocação, a final estamos falando em 19 mil pais de famílias sendo desempregados e desamparados.
- Fazer um abaixo assinado junto a CSP-CONLUTAS para colher assinaturas de todos os munícipes de São Paulo para montarmos uma luta a favor do emprego dos cobradores.
- Criar uma base da CSP-CONLUTAS de apoio aos RODOVIARIOS de Araraquara, para unificação na luta desses companheiros que estão sofrendo vários ataques, (demissões) dos patrões e do sindicato da categoria.
- Fazer uma campanha contra as demissões no metrô de São Paulo, porque depois da GREVE GERAL que ocorreu no dia 14 de Maio, foram vários companheiros demitidos, entorno de 30 companheiros até o momento.
- Fazer uma campanha também no site da CSP-CONLUTAS para denunciar as privatizações no metrô de São Paulo.
- Fazer uma campanha contra as demissões dos companheiros de Rio Grande do Sul que foram demitidos depois da greve geral de 14 de maio.
- O setorial será responsável com apoio da central de fazer uma cartilha da CSP-CONLUTAS sobre a função do cobrador, para mostrar o quão importante é a função desses profissionais dentro dos ônibus.

NEGRAS E NEGROS

Entidades Presentes: SINDSEF/SP, QRC nacional e seções SP, RJ e MT; SINDAS-MG, SINPRO-DF e seção MATOPIBA/ANDES, Andes- seção ADUFMAT.

Considerando:

Considerando que a nossa principal luta é barrar a contrarreforma da seguridade social que tira direitos dos trabalhadores negras e negros com aumento do tempo de trabalho para 60 mulheres, 65 homens e 57 anos para aposentadoria de professores, e o avanço predatório do capitalismo no campo, a destruição de direitos sociais, as populações Quilombolas e indígenas.

Os Negros (as) tanto da cidade como do campo, submetidos a um brutal ataque neoliberal perpetrado extensivamente as populações autóctones e tradicionais, a ostensividade da produção capitalista, fundada na mercantilização de commodities, da superexploração dos recursos naturais, da expulsão das populações locais, em sua quase totalidade negra e pobre, forçando ao êxodo para os núcleos urbanos.

Da ocorrência de um fenômeno onde os indígenas desaldeados são abandonados à própria sorte nas cidades, somando as estatísticas da violência urbana, como também as populações remanescentes de quilombos estão sendo expulsas, até mesmo as tituladas pela PEC 4.887/03. A referência seria lutar e adotar a política da OIT;

Que a partir da Eleição de Bolsonaro, a Violência Estatal e policial foi autorizativa, no bojo dos compromissos especialmente com o agronegócio e o complexo Agroindustrial de insumos, mecanização e venenos agrícolas, desativando a perspectiva de seriedade dos órgãos de controle. Nas cidades aprofunda-se o Genocídio e o feminicídio das Mulheres e da juventude negra nas periferias onde “outro brasis” como o CE, MA, PI e o PR, RJ e SP são vitrines para as violações de direitos humanos e Desemprego Estrutural (IPEA – atlas da violência);

Que a crise econômica é associada a escalada da corrupção, desde o Governo Federal, Congresso, as unidades federativas, que aplicam criminosamente medidas tais, como as isenções fiscais, vendas ilícitas de terras, fim da política de moradia popular. Isto leva necessariamente, a intensificação da segregação étnico-racial e ao trabalho escravo. Também na terceirização, no empreendedorismo e na marginalização, que leva ao fortalecimento do terceiro setor e PPP's;

Entendemos que urge apostar nas mobilizações diretas contra o desgoverno Bolsonaro, a curtíssimo prazo rumo a Greve Geral no dia 12 julho com atos nos Estados, e 13 de agosto no Ocupa Brasília, na direção de derrubar este governo racista, misógino, LGBTfóbico, de ultra direita e proto fascista.

Aquilombar para reparar na luta Negra e nossa concepção é a luta direta, construir programa político alternativo independente dos patrões e dos governos com o protagonismo do povo negro, indígena, voltado para as prioridades da classe trabalhadora, que em sua maioria não foi em 300 anos de escravidão reparada.

Resoluções:

- Que as entidades filiadas a CSP-CONLUTAS joguem todo peso nas mobilizações do dia 12 de julho, Contrarreforma da Previdência Social e Cortes da Educação e o 13 de agosto, Ocupa Brasília!
- Que a CSP-Conlutas e suas entidades sindicais, articule apoio as atividades do Quilombo Raça e Classe e das secretarias de negros e negras dos sindicatos no dia 25 de Julho, Dia latino-americano e caribenho da Mulher negra e Latina;
- Que a CSP-Conlutas encabece iniciativas de uma campanha contaria a lei anticrime do Sérgio Moro – ministro da Justiça que oficializa o odiável Auto de Resistência e a criminalização das entidades sociais e negras, bem como a PEC do Armamento da população;
- Fortalecer com as entidades filiadas a CSP-Conlutas, o QRC, a iniciativa de ter uma ação contundente feita pelo MML na campanha contra o Estatuto do Nascituro – que criminaliza o Aborto e suas vítimas em que em sua maioria são Mulheres negras!
- O GT NEGRAS E NEGROS enviará uma proposta unitária para o V congresso da CSP-CONLUTAS considerando a proposta contra o Racismo estrutural e Institucional;
- Todo apoio as resoluções do setorial de luta pelos territórios: indicamos o ILAESE no mapeamento a partir de fontes secundárias disponíveis para sistematização da questão agrária brasileira, incluindo a situação das terras Remanescentes de Quilombos e Indígenas.
- Gritamos juntos para que a Lei seja cumprida obedecida e respeitada art.231 da Constituição Federal de 1988 – Homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

EDUCAÇÃO

PAUTA: INFORMES DOS ESTADOS E CONSTRUÇÃO DA LUTA CONTRA A REFORMA PREVIDÊNCIA

São Paulo: APEOESP categoria em férias. SINPEM vão mandar um ônibus.

No Interior de SP tiveram vitórias importantes. Fundação sindicatos específicos da educação. Ganhamos 120 processos administrativos.

CUT implanta sentimento de derrota já da reforma.

Desde 2015 sem reajuste salarial. Muita precarização do trabalho nas escolas. Vão 02 ônibus para Brasília dia 12/07.

BRASÍLIA: Tem recesso escolar, os professores não estarão, sindicato vai dar apoio com carro de som, mas não vai ter mobilização. Vão jogar peso maior para o dia 13/08. Precisamos material CSP para mobilizar.

Estamos 5anos sem reajuste. Contratados situação piorou, recebem por hora trabalhada. A direção sindicato não defende contratados. Governo vai privatizar e sindicato nada faz.

Joaninha colocou que até final mandato vão militarizar 400 escolas.

RGS- 5 ANOS SEM REAJUSTE E ATRASO SALARIAL. Está cada vez mais difícil para sobrevivência da categoria. Contratados temporariamente e entra licença mais de 15 dias é demitido (até casos de câncer). Sindicato não dá apoio, abandono da categoria. Tiraram dia de luta dia 12/07, mas não vão mobilizar o interior. Dia 13/08 vai ser nas regiões. Tem congresso setembro dias 5, 6 e 7. Governo quer acabar com plano de carreira e sindicato não chamam assembleia.

SINASEFE: Dias 12, 13 e 14/07 têm plenária nacional em Brasília. Estão mobilizando para estar em Brasília antes do dia 12/07, apesar de algumas seções estarem em recesso escolar. Dia 13/08 vão deliberar na Plenária Nacional.

ANDES: Tem CONAD de 11 a 14/07, vão umas 400 pessoas. A direção desce antes dia 08/07. Existe uma assessoria acompanhando as votações da reforma. As regionais vão ajudar os estudantes para virem à Brasília. Tinham 04 universidades estaduais em greve na Bahia. O governo do PT criminalizou demais com cortes de salário, etc. A greve conseguiu interromper congelamento das verbas. Ceará houve mobilização contra reforma. Dia 09/07 discutiu-se situações das universidades estaduais. Aconteceu lançamento site da frente nacional Escola Sem Partido. Tem aba para acessar e fazer denúncia: <https://www.escolasemmordaca.org.br>

SC: Perdemos eleições em três regionais que eram nossa e no Estado. Sindicato não encaminhou ainda mobilização para o dia 12/07. Muito assédio nas escolas e das direções principalmente. Existe perseguição aos professores da lei da mordaca.

MINAS GERAIS: Categoria votou lutar contra reforma da previdência. Participar do dia 12/07. Vai um ônibus Brasília. BH luta local cortou ponto dos que fizeram paralisações. Categoria impactou com os cortes Votaram favorável também ao dia 12/07. Categoria tem participado bastante nas mobilizações.

Abril teve eleições e ganhamos 15% dos votos, teve aumento do percentual. CUT ganhou. Implantaram diário digital, de controle ao trabalho professor. Muitas turmas estão fechando. Município Belo Horizonte ataque grande , sem concurso.

Aprovado caravana para Brasília dias 10 e 12/07. Chamado de greve geral para 13/08 do funcionalismo estadual.

RIO DE JANEIRO: 5anos sem reposição salarial. Avanço processo de militarização. Contratação de militares com salário de 3mil reais. Muita revolta dos trabalhadores. Nos municípios o que mais tem mobilizado é a reforma da previdência. Com o recesso difícil de mobilizar. Estado e municípios vão incorporar dia 13/08.

Ao final dos informes, foi exposta a situação das Agentes de Educação Infantil da Rede Municipal do RJ onde correm o risco de serem exoneradas e perdas de gratificação. Foi pedido um vídeo em apoio à categoria e uma moção de Repúdio a Justiça.

PARÁ: A educação participou de todos os dias de greve/paralisações. 15 municípios estão sem desconto sindical. Dia 13/07 definiram participar em Brasília. Dia 14/06 teve participação de vários setores dos trabalhadores, inclusive daqueles que nunca participaram.

PERNAMBUCO: Mais de 42% dos professores são terceirizados. Turmas à noite estão fechando. Perseguição aos dirigentes sindicais. Municípios ataque intensificou. Não conseguimos chamar para greve, mas houve muita luta. Reordenamento pelo banco mundial da categoria, chamar readaptados e técnicos para dar aulas. Deram gratificação aos diretores, coordenadores para atacar categoria. Recesso vai prejudicar mobilização para dia 12/07. Dia 14/06 teve mobilização dos estudantes e movimentos, fecharam garagens ônibus.

ENCAMINHAMENTOS:

- Greve geral dia 13/08;
- Unificar lutas;
- Continuar tencionando com várias atividades nos Estados;
- Vigília de toda semana em Brasília, a partir do dia 08/07;
- Dialogar com os estudantes;
- Fazer chamada às escolas particulares para essa semana;

- Moções: de Repúdio as prisões de 10 estudantes da Universidade de SP e de Solidariedade aos trabalhadores de Tucuruí.

7. Moções

As moções aprovadas foram as seguintes:

MOÇÃO DE APOIO À LUTA DOS METROVIÁRIOS/ RS E DE REPÚDIO ÀS DEMISSÕES

A Central Sindical e Popular CSP-Conlutas, reunida em sua coordenação nacional entre 5 e 7 de julho passado, repudia à direção da Trensurb pela atitude autoritária e tentativa de criminalizar o movimento da classe trabalhadora, com a intimidação e demissão dos 6 companheiro metroviários do Rio Grande do Sul.

No dia 14 de junho, os trabalhadores do país estavam exercendo o seu direito constitucional de realizar a greve. No caso dos metroviários, cumprindo todos os trâmites legais e, inclusive, com divulgação na mídia sobre a realização da paralisação.

Cabe salientar que, por ter sido informada com a devida antecedência, a população sequer foi às estações procurar esse transporte. No entanto, numa visível prática antissindical, a empresa fazia circular trens vazios e tentava coagir funcionários para furarem a greve.

Diante disso, coube aos dirigentes sindicais o dever de proteger e garantir aos demais trabalhadores o direito de greve, aquilo que os chefes tentavam impedir que acontecesse.

A direção da Trensurb, mantida pelo governo Bolsonaro, autor da famigerada reforma da Previdência, quer calar a voz da categoria.

Essa atitude remete aos piores tempos da ditadura! O administrador nomeado se traveste de juiz e pune, sem respeitar o rito jurídico e a Constituição Federal.

É necessário que o movimento sindical, popular e estudantil, além da solidariedade ativa à luta dos metroviários do RS, exija a revogação imediata das demissões e punições carregadas de ilegalidades e autoritarismo.

MOÇÃO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS QUE LUTAM NA UDESC

A Assessoria de Comunicação da UDESC, no dia 19/06/2019, de forma inapropriada, comunicou a toda comunidade acadêmica a solicitação de abertura de um processo de sindicância. A investigação tem como objetivo "apurar os responsáveis" pela manifestação política que, no dia 14/06, paralisou as atividades do Campus 1 em apoio à greve geral.

O dia 14 foi histórico para o Brasil, para Florianópolis e para a UDESC. Ao todo mais de 40 milhões de trabalhadores aderiram à greve geral contra a reforma da previdência. Em Florianópolis, aproximadamente 20 mil pessoas foram às ruas protestar contra os ataques aos direitos da população brasileira - entre os quais o direito à educação pública e de qualidade.

Em uma evidente tentativa de intimidar e criminalizar os que lutam, o comunicado divulgado pela reitoria opta por individualizar o que é coletivo. A mobilização política contra o desmonte da previdência é de interesse público e de construção conjunta. A adesão de estudantes, técnicos e professores à Greve Geral foi deliberada nas Assembleias de cada categoria, e na audiência pública sobre os cortes de verbas da UDESC realizada no dia 23 de maio, na ALESC, não sendo, portanto, decisão "pessoal" de alguns indivíduos.

A reitoria não sabia que no Brasil haveria uma greve geral no dia 14 de junho? E que essa greve já estava anunciada há mais de um mês? E que em Florianópolis a greve certamente paralisaria todo o transporte público, atrapalhando o funcionamento normal das aulas e demais atividades? Tudo isso foi comunicado na CARTA ABERTA AO REITOR, entregue a ele pessoalmente, com uma semana de antecedência. Servidores e estudantes indicaram que "flexibilizar as aulas" era medida insuficiente, já que não atendia a todas as categorias da universidade, sobretudo os terceirizados.

Os estudantes e servidores da UDESC, de modo autônomo ou organizado em suas entidades representativas,

atuam com seriedade e compromisso em defesa da educação pública. As ações dos movimentos organizados são responsáveis por diversos avanços na direção de uma universidade mais democrática: a eleição direta para reitor, a melhoria do plano de carreira dos servidores, a abertura do RU no Campus 1 e a diminuição do preço das refeições. Foi a mobilização unificada que sustentou a luta contra a iniciativa do governador do estado de cortar mais de 40% dos recursos de custeio da universidade. Criminalizar esse movimento é se colocar contra a própria universidade.

Solicitamos, então, que a reitoria - representada pelo reitor Marcus Tomasi - não trate a paralisação da UDESC como um evento isolado, ignorando suas motivações e seu contexto. Que assuma a defesa da universidade e do serviço público de forma coerente ao invés de colocar-se ao lado daqueles que retiram nossos direitos e ameaçam a universidade. Diante disso reivindicamos a retirada da solicitação de abertura da sindicância que busca criminalizar os que estiveram na linha de frente na luta contra a reforma da previdência e em defesa da universidade no dia 14 de junho.

Solidariedade aos que lutam!

MOÇÃO CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS LUTADORES DA USP

No dia 14 de junho, durante a greve geral, 10 lutadores da USP foram presos de forma totalmente arbitrária. Detenção que ocorreu durante o ato realizado nas imediações da universidade contra a “reforma” da Previdência.

A repressão aos lutadores tem o objetivo de desmoralizar o movimento contra a “reforma” da Previdência e demais lutas.

Da mesma forma que na manifestação próxima à USP, em várias partes do Brasil ocorreram repressões como essa - só no Rio Grande do Sul mais de 50 detenções foram relatadas.

A concessão da liberdade provisória para os 10 manifestantes da USP foi uma vitória parcial, porém, o processo não acabou e podem ter que responder a processo judicial.

Essa detenção foi uma afronta ao direito de manifestação e de ir às ruas para lutar por direitos. Desta forma, além do apoio aos 10 perseguidos políticos da USP pelo governo João Dória (PSDB), aprovamos realizar uma ampla campanha contra a criminalização.

MOÇÃO DE APOIO À OCUPAÇÃO PROFESSOR FÁBIO ALVES – LUTA POPULAR/MG

OCUPAÇÃO PROFESSOR FÁBIO ALVES CORRE O RISCO DE SER DESPEJADA A QUALQUER MOMENTO!

KALIL E ZEMA NÃO PERMITAM QUE 700 FAMÍLIAS SEJAM COLOCADAS NA RUA!

NÃO PERMITAM O DESPEJO DAS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO PROFESSOR FÁBIO ALVES!

Desde a última segunda-feira (01.07.2019) os moradores da Ocupação PROFESSOR FÁBIO ALVES vivem novamente o drama do despejo iminente! O processo, cujo agravo esteve por alguns meses em julgamento, voltou a tramitar e, por dois votos a um, deferiu-se pela reintegração de posse do terreno, numa clara manobra para atender os empresários que reivindicam a posse do imóvel.

Abandonado há mais de 50 anos o terreno é agora reivindicado por um grupo de milionários, apesar da origem do terreno ser pública.

Parte de um projeto de industrialização do Barreiro, que nunca se concretizou em sua totalidade, o terreno ocupado pertencia à zona industrial do Jatobá. O que a defesa desses empresários alega é que, sem nenhuma justificativa o lote foi sendo repassado a particulares até chegar as mãos desse grupo que, mesmo afirmando ter a posse, manteve o terreno abandonado, garantindo a perpetuação da especulação imobiliária.

Como um terreno de origem do governo, e que hoje abriga 700 famílias, pode ser reivindicado como propriedade privada só se explica pelo contexto histórico brasileiro onde a terra não serve para morar mas sim para garantir lucros exorbitantes para aqueles que já tem muito dinheiro.

ZEMA RETOME AS MESAS DE NEGOCIAÇÕES!

Por isso, reivindicamos que o governador ROMEU ZEMA retome, primeiramente, o processo de negociação que estava sendo realizado, com a perspectiva de solucionar o problema da moradia que afeta os moradores da Ocupação. E, segundo, que ele retome a mesa de negociações, instituição responsável por mediar os conflitos fundiários em Minas Gerais.

MESMO SEM MANDATO JUDICIAL POLÍCIA MILITAR CONSTROI DESPEJO

Coincidentemente, desde que publicada a decisão judicial, a Polícia Militar vem diariamente entrando na ocupação, invadindo os barracos e interpelando os moradores da comunidade e também da vizinhança!

São vários os policiais dedicados a medir os espaços, observar os barracos construídos e a impor medo, demonstrando claramente que já estão se organizando para realizar o despejo assim que for autorizado.

NOVE MESES DE LUTA: RESISTIREMOS!

Desde outubro de 2018, quando ocupamos o terreno, as famílias vêm resistindo às constantes ameaças! A luta por moradia não é uma opção para essas pessoas, mas a única saída para a grande massa de trabalhadores desempregados que, sem condições de pagar aluguel, estão condenados a morarem na rua.

Diante de toda a precariedade de vida do povo pobre e das violações de direitos sofridas por esse mesmo povo que, sequer tem garantido o direito à moradia, seguiremos resistindo na luta e confiando no apoio de todos e todas na construção de mais uma ocupação em Belo Horizonte!

MOVIMENTO LUTA POPULAR

A Coordenação Nacional da CSP Conlutas se coloca em apoio às famílias da Ocupação Fábio Alves em luta por moradia, contra o despejo e exige do governador que retome as negociações para evitar conflitos e encontrar uma solução efetiva para o problema habitacional!

CSP CONLUTAS

MOÇÃO DE REPÚDIO A JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

A Educação Infantil do Municipal do Rio de Janeiro sofre um duro ataque. As profissionais da educação infantil carioca, Agentes de Educação Infantil foram surpreendidos em março desse ano pelo Tribunal de Justiça com um acordo onde torna inconstitucional o nível de escolaridade do cargo.

A decisão injusta poderá levar mais de 5.000 trabalhadores sobre tudo mulheres negras a perda da gratificação ou a exoneração do cargo caso não seja corrigido a inclusão das profissionais no Magistério.

Também é bom salientar que o concurso foi realizado em 2007 no governo de César Maia e até hoje nada foi feito para tal correção passando por duas gestões de Eduardo Paes e Crivella.

Diante do caso, a CSP-Conlutas repudia tal decisão da Justiça do RJ e exige que seja feita de forma imediata a inclusão dos Agentes de Educação Infantil no Magistério.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO ASSÉDIO-MORAL DO PREPOSTO DA SERVITE EXIGIMOS DA REITORIA DA UnB FORA O PREPOSTO JÁ!

No dia 22 de fevereiro de 2019 a CSP-Conlutas DF documentou á DCA (Diretoria de Contratos Administrativos da UnB) as práticas de Assédio-Moral do PREPOSTO da empresa Servite contra os trabalhadores de portaria, em especial contra as mulheres.

Porém, passado 4 meses não há nenhuma posição da Universidade.

A cerca de 2 meses a reitoria constituiu uma Comissão para apurar as denúncias dos assédios, enquanto o PREPOSTO que segundo a empresa SERVITE seria afastado continua atuando (Representando a empresa na UnB) como se NADA estivesse acontecendo.

O Assédio-moral do PREPOSTO também foi matéria na imprensa escrita (Jornais) do DF. É uma VERGONHA a postura da reitoria da UnB, que além de demitir próximo a MIL terceirizados, permite que as empresas desrespeitem direitos trabalhistas, e agora uma gestão composta majoritariamente por mulheres mantém um PREPOSTO machista e assediador na Universidade

Chamamos a Comunidade Universitária (estudantes, professores e técnicos-administrativos) a repudiarmos o assédio moral do PREPOSTO da Servite e o desrespeito da empresa a direitos básicos dos trabalhadores e junto conosco da CSP-Conlutas exigirmos da reitoria:

- FORA O PREPOSTO DA EMPRESA SERVITE DA JÁ!
- CHEGA DE ASSÉDIO-MORAL CONTRA OS TERCEIRIZADOS POR PARTE DAS EMPRESAS E CHEFIAS DA UNB!
- NENHUMA DEMISSÃO DOS TERCEIRIZADOS, REDUÇÃO DOS SUPER LUCROS DAS EMPRESAS!

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós da CSP-CONLUTAS repudiamos a política do governo Eduardo Leite do RS de demissão de educadores/as contratados/as em licença saúde, dentre os quais há casos com câncer e outras doenças graves – revelando o caráter totalmente desumano de tal ato. Exigimos a imediata readmissão dos casos já concretizados.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

A coordenação nacional da CSP-Conlutas, reunida nos dias 5, 6 e 7/07/2019, aprova a Solidariedade à luta dos servidores públicos da cidade de Tucuuruí-PA que tiveram seus salários cortados e direitos retirados pelo prefeito Arthur Brito (PV) que ataca @s trabalhador@s com cortes e repressão policial, com apoio do governo do Estado, agredindo os servidores e a população do município.

Apoiamos a população que está exigindo a saída de Arthur Brito da prefeitura.

Todo apoio à luta e mobilizações que seguem em Tucuuruí.

Não aos cortes de salários e direitos.

FORA ARTHUR!

MOCIÓN SOBRE EL DERECHO A LA IDENTIDAD TRANS

Considerando

1. Que el derecho a la identidad es un derecho humano elemental e inherente de las personas trans.
2. Que Latinoamérica es una región violenta para las personas LGBTI, especialmente para las personas trans.
3. Que esa violencia se expresa incluso en la violación del derecho a la identidad por parte de los Estados.
4. Que el Estado de Costa Rica, por medio de un reciente fallo de la Corte Constitucional negó la posibilidad jurídica de rectificar el sexo de las personas trans, según su identidad autopercebida.
5. Que esta posición del Estado Costarricense es una violación evidente a las Convenciones de Derechos Humanos, como lo señalan Opiniones emitidas por varios organismos internacionales.
6. Que las personas trans de Costa Rica realizarán una campaña internacional de solidaridad, en el marco de una demanda contra el Estado ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos.

Se resuelve

1. Repudiar la posición de la Corte Constitucional de Costa Rica, señalando que es un deber de los Estados proteger integralmente el derecho a la identidad de las personas trans.
2. Recordarle al Estado Costarricense que su posición es una grave violación de los Derechos Humanos.
3. Manifestar nuestro apoyo a la lucha por el reconocimiento a la identidad de la población trans tanto de Costa Rica como de toda latinoamérica.
4. Acompañar la campaña que la población trans de Costa Rica impulsa a nivel de toda la región, por el derecho a la identidad en todos nuestro países.

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES E A JUVENTUDE DE HK

A Central Sindical e Popular de trabalhadores brasileiros CSP-Conlutas é solidária com os trabalhadores e jovens de Hong Kong em sua luta pelos direitos democráticos.

O governo de Hong Kong (CE) trabalha com a ditadura chinesa para suprimir os direitos democráticos duramente conquistados pelo povo de HK, enquanto a ditadura chinesa suprime quaisquer direitos democráticos dos trabalhadores chineses no continente.

Nós defendemos os direitos democráticos tanto para os trabalhadores chineses quanto para os chineses continentais!

- Todo apoio a resistência dos trabalhadores de HK!
- HK Livre!
- Abaixo a ditadura chinesa!
- China Livre!
- Toda Solidariedade Internacional à luta em defesa dos direitos democráticos!

8. Especial Stonewall

Em 07/07 (domingo), no intervalo das votações das resoluções e moções, foi realizado um ato de luta em defesa da pauta LGBT, que também comemorou os 50 anos da revolta de Stonewall nos EUA.